

PRÊMIO FIERGS-ARI POR UM RIO GRANDE MAIOR

Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Deputado João Luiz Vargas; Exmo. Sr. Secretário Extraordinário para Assuntos da Casa Civil, Deputado Mendes Ribeiro Filho, neste ato representando S. Exa., o Sr. Governador do Estado; Exma. Sra. Representante do Tribunal de Justiça do Estado, Desembargadora Maria Berenice Dias; Ilmo. Presidente da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul, Sr. Dagoberto de Lima Godoy; Ilmo Sr. Presidente da Associação Riograndense de Imprensa, Jornalista Ercy Torma; demais autoridades já mencionadas - seria impossível enumerá-las neste momento, embora destaque uma delas por conta do papel importante que representou nesta Casa -, Exmo. Vice-Prefeito, ex-Deputado José Fortunati, que poderia ter recebido este mesmo prêmio; Srs. Deputados, Sras. Deputadas, meus Senhores e minhas Senhoras:

O Prêmio FIERGS-ARI por um Rio Grande Maior é, já desde há três décadas - quando ainda se chamava Prêmio Springer -, a mais importante distinção conferida aos políticos no Rio Grande do Sul. Recebê-lo, hoje, então, é algo que nos oferece um sentido de completude e uma sensação prazerosa tais que, somados, conformam um estado de ânimo que dificilmente poderá ser dito. Entretanto, o que há de indizível em mim hoje, aquilo que se abriga serenamente em minha alma como conforto moral e que antecede esta solenidade como alegria, na falta de uma palavra mais adequada, eu chamaria de felicidade. E o faço propositadamente para que me seja possível recuperar uma noção que valorizo sobremaneira.

Ao final deste século, vivemos imersos em um mundo onde a própria idéia de felicidade associou-se aos objetivos que perseguimos na esfera privada da existência. Assim, quando a maioria das pessoas emprega o termo "felicidade" ou reflete sobre seu sentido, elenca - quase que naturalmente - um conjunto de

condições e objetivos que estão definidos no âmbito das suas vidas mesmo e que só podem ser compartilhados com os seus. A felicidade, desta forma, iguala-se à busca pela satisfação das próprias necessidades e estende-se, quando muito, ao universo da família. Ao final do século XX, então, vemos a predominância de uma idéia que seria absolutamente incompreensível, por exemplo, na antigüidade clássica e que nos apresenta a fórmula da busca por uma felicidade privada.

Em verdade, o mundo contemporâneo afasta-se progressivamente da lembrança de que a vida digna encontra a excelência das suas possibilidades na esfera pública. É na esfera pública que tratamos dos assuntos que concernem a todos. O espaço da política, por definição, é este onde nos movemos para compor ações que são públicas e que necessitam, sempre, para que sejam legitimadas, da pretensão da universalidade. Por isso, os atenienses consideravam que levar exclusivamente uma vida privada equivalia a privar-se do essencial. Por isso os inventores da Polis só podiam conceber a vida digna quando dedicada a Res publica. Há, nesse ponto, uma esquecida dimensão da felicidade enquanto felicidade pública que importa recuperar. Não por acaso, os gregos antigos, ao perseguirem a felicidade, fundaram uma noção pagã a respeito da imortalidade. Acreditavam eles que a vida só teria sentido se fosse vivida para a lembrança das gerações futuras. Em síntese: tratava-se de viver de tal forma que os feitos realizados em vida fossem referidos pela história nos seus mais diversos domínios, da política à filosofia, das artes aos atos de bravura. Essa noção estava tão impressionantemente impregnada na cultura clássica que mesmo os escravos - excluídos do espaço público e, portanto, condenados à esfera privada - travaram lutas memoráveis pela imortalidade exigindo que lhes fosse reconhecido o direito a um epitáfio em suas tumbas. Assim lhes seria permitido, ao menos, um registro gravado em pedra.

A felicidade para os modernos afastou-se dessa perspectiva de transcendência e encontra-se, hoje, diminuída pelos limites dos objetivos particulares, quando não amesquinhada pelo mais puro egoísmo. Por conta desse contraste entre a felicidade para os antigos e a felicidade para os modernos, afirmo que, na falta

de uma palavra mais adequada, meu sentimento era de felicidade. Não para indicar um estado final e permanente do meu espírito, algo que entendo mesmo inalcançável, mas para sublinhar um momento de satisfação especial diante de um prêmio que simboliza o reconhecimento público e, assim, assinalar que, para mim, a felicidade seria mesmo inconcebível se apartada de sua dimensão pública. Aquilo que somos, afinal, só é verdadeiro pela presença dos outros e por seu juízo.

Com essas palavras quero agradecer aos qualificados jornalistas da equipe de seleção, à Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul e à Associação Riograndense de Imprensa a honra que recebo hoje, e, ao mesmo tempo, dividi-la em três grandes partes. Primeiro, entre todos aqueles que em nosso Estado são vitimados pela violência. Em grande medida, a condição de presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos entrelaçou minha vida com o destino dos excluídos, daqueles que estão à margem da sociedade, daqueles que têm sido tratados e concebidos como objetos descartáveis, daqueles em torno dos quais só agregamos o esquecimento.

Bem antes de assumir pela primeira vez uma vaga neste Parlamento, há exatos vinte e um anos, iniciei meu aprendizado político na cidade de Santa Maria. Foram os anos de militância no movimento estudantil, divididos com a aposta revolucionária do "assalto aos céus", estruturada desde a clandestinidade, que me conferiram a musculatura necessária para a disputa política. A essa experiência de luta social fiz somar o aprendizado em uma das mais politizadas câmara de vereadores do Estado. Eram anos de ditadura aqueles, tempo em que o medo eletrizava nossos pêlos e alterava nossos sonhos. Conheci, então, a miséria das vilas mais pobres da minha cidade e cheguei a imaginar que possuía as principais respostas para o drama que era oferecido a minha geração. Fui descobrir, mais tarde, que não havíamos descoberto sequer as perguntas procedentes. As certezas dogmáticas alimentadas pelas ideologias fazem com que nosso raciocínio se mova em uma sala de espelhos onde cada conceito busca sustentação em seu próprio reflexo.

Com o fim das certezas, experiência de uma vertigem pela qual me seduziu a lucidez de um certo Adelmo Genro Filho, tomei a decisão de aprofundar uma luta e seus princípios, com a diferença de que, agora, escolhia lutar por pessoas e não por ideologias. O preço a pagar pela ruptura com o imaginário marxista foi parcelado em prestações infinitas, de tal modo que já me acostumei com ele. Só não me acostumei com a injustiça que nos foi legada pela sociedade capitalista, com o embrutecimento dos seres humanos, com a mesquinha vitória vencedora, com a manipulação, a covardia e o autoritarismo. Sou, de toda forma, um inadaptado e, talvez por isso, um sujeito político anacrônico. Meu anacronismo, todavia, é do tipo que me vincula ao futuro e não ao passado. De toda sorte, aprendi que ser de esquerda não pode se confundir com a repetição conservadora, quase religiosa, de noções recolhidas em cartilhas. Que antes disto importa mudar efetivamente a vida.

Já há alguns anos, minha vida política tem sido uma insistente caminhada por labirintos. Uma parte deste percurso é conhecida; da outra poucos sabem. Às vezes, o labirinto é um corredor escuro e úmido ao longo do qual existem portas de ferro com pequenas básculas na parte posterior. Atrás destas básculas há olhos e mãos avulsas. O cheiro característico mistura suor, urina, tabaco e fezes. Mas há momentos, como em uma noite no presídio de Bento Gonçalves, em que o cheiro da carne queimadas de sete homens mortos se sobrepõe ao odor característico. Havia oito presos em uma cela quando o labirinto se iluminou e uma porta. Uma porta que não foi aberta quando devia. A fogueira que ardeu em Bento Gonçalves é filha bastarda daquelas erguidas na Europa em pleno medievo. Alguém dirá: "A época é outra, as condições foram outras." É verdade, ninguém, afinal, é mais sentenciado à fogueira. O que ocorreu naquela noite, entretanto, foi algo mais que uma fatalidade. Por aquela tragédia e por tantas outras nosso Estado deveria saber da Idade Média que sustenta silenciosamente. Às vezes, o labirinto esconde crianças e adolescentes, inventa celas de isolamento, e as põe dentro de um cofre, como no ICM da FEBEM em Porto Alegre. Nas paredes, os pequenos escrevem mensagens. Não há tintas nem pincéis para este registro. Usam então os dedos e o seu próprio sangue. O efeito nas paredes é bastante eloquente. O que aqueles meninos fazem é gravar o espanto; é revestir os muros com seus

lamentos; é comunicar a sua dor, ainda que, para isso, precisem dirigir-se a leitores desconhecidos que habitam o futuro. O labirinto, à vezes, tem paredes brancas e assépticas; agulhas, pílulas, diagnósticos e sedativos, e outras celas, com algemas permanentes em catres como no IPF e, ainda, choques elétricos e banhos frios. Muitos dos conduzidos aos corredores dos manicômicos o foram para jamais voltar. Sobretudo, os labirintos possuem regras e disciplina. Sim, é fundamental manter a disciplina nos labirintos modernos. Ao inverso da mitologia, entretanto, não há heróis nestes espaços, nem é possível perseguir o Minotauro. A figura assustadora - cabeça de animal e corpo humano - é o próprio labirinto. Mas essas construções sinuosas e movediças não são apenas prédios ou grades. São atitudes concretas ou a falta delas. São inquéritos que unem o nada a lugar nenhum. São discursos que só podem ser lidos pelo que não dizem. São manchetes ou notícias estranhamente otimistas. É a estranha vocação dos detidos pelas "quedas" em escadas imaginárias ou a inexplicável compulsão dos ameaçados pelo "suicídio". É a impressionante coincidência que faz recair sobre negros e pobres a primeira suspeição. São também obstáculos invisíveis que vamos erguendo em nossas almas, muros inteiros que emparedam nossa consciência, blindagens que revestem nossos corações.

Em Uruguaiana há, hoje, 2.500 pessoas distribuídas em 15 ocupações de áreas públicas. Em uma dessas áreas, próximo à nova aduana, presenciei a cena com a qual poderíamos atualizar o "Inferno", de Dante: um grupo de crianças em fila, cada uma portando uma lata ou vasilha, recolhia água de uma funda abertura no solo pela qual tinham acesso à rede de esgotos. Em cada um dos barracos, as mães confirmavam o que as crianças diziam. A água do esgoto era fervida e com ela saciavam sua sede, banhavam-se e cozinhavam sua comida. E outras das áreas, uma menina alcançou-me uma carta que guardo e releio repetidas vezes. Nela, descreve seu cotidiano e reclama, aos dez anos de idade, das dores que tem no corpo por ser a única pessoa da sua família habilitada a buscar água todos os dias. Essa criança dirige-se ao presidente da Comissão dos Direitos Humanos afirmando, também, a sua confiança no futuro quando ela terá uma casa... com água. Situações assim, onde a vida se derrete como a calda do melado esfria, estão encobertas pelo

labirinto do silêncio e da cumplicidade. São esqueletos que guardamos em antigos armários.

Nossa obrigação, Sr. Presidente, como militante dos Direitos Humanos, é a de lembrar que não há modernidade possível nem desenvolvimento desejável se continuarmos a conviver com tamanha insensibilidade. Por isso, divido primeiramente o prêmio com os sem-futuro, com os sem-nome, com os sem-brinquedos, com os sem-carinho, com os sem-letras, com os sem-advogados, com os sem-conta, com aqueles que já não se conta, com aqueles que não contam.

Em segundo lugar, quero dividir este prêmio com o meu partido e com a minha bancada. Pertencer ao PT é para mim um motivo de orgulho. Não porque imagine que meu partido seja o "sal da terra", sequer porque mantenha concordância com todas as suas posições ou iniciativas. Tenho construído no PT uma trajetória errante, quase alucinada. Há anos, mal consigo ler alguns documentos partidários, e a participação em reuniões me é bastante dolorosa. Não raras vezes, sou invadido por uma sensação de inutilidade que beira a desilusão. Jamais cheguei a ela entretanto. Creio que por dois motivos: primeiro, porque a desilusão pressupõe o encantamento, experiência que, na política, pelo menos, nunca me foi possível. E, segundo, porque isto a que chamamos "PT" é algo extraordinariamente mais amplo do que as verdades rituais clonadas em sua estrutura. O meu partido é a esperança de milhões de brasileiros; o meu partido são milhares de pequenas estrelas plantadas pelo chão das fábricas e universidades, espalhadas pelos campos e pelas florestas. O PT substantivo, por isso mesmo, está muito além do PT formal. Quando entrei no PT há treze anos, filie-me no segundo. Hoje sei que pertenço ao primeiro. Esta opção faz de minha militância uma opção vertebrada que tem se fortalecido pelo exame autocrítico de meus erros e se confortado com os avanços visíveis experimentados pelo conjunto do partido. Integrar o PT, assim, é saber que sou testemunha e ator - ainda que coadjuvante - da mais fascinante e desafiadora das experiências político-partidárias da história deste País.

Por fim, não seria possível discursar hoje sem operar a terceira divisão da homenagem que recebo. A honraria do prêmio FIERGS-ARI por um Rio Grande Maior deve ser distribuída entre cada um dos meus assessores e, especialmente, entre a equipe que sustenta o trabalho cotidiano na Comissão de Cidadania e Direitos Humanos. Aos que desejarem um exemplo de excelência no serviço público basta visitar o exíguo espaço da comissão no terceiro andar desta Casa. Ali localiza-se o pulmão do mais amplo trabalho em Direitos Humanos deste Estado, um lugar onde a coragem fez-se parceira do esclarecimento, onde a dedicação fundiu-se com a competência.

Renovando meus agradecimentos, desejo concluir este pronunciamento solicitando permissão aos meus pares para uma referência estritamente pessoal. Minha mulher, Jussara e minha filha mais velha, Maíra, me ouvem neste momento. E também meu pai, Flávio Rolim, e minha mãe, Rosa Maria Schneider. Minha filha menor, Sofia, talvez leia este discurso dentro de alguns anos. Minha mãe, professora aposentada e pedagoga, deu-me o gosto pelos livros, estimulou em mim as primeiras noções de justiça social e estruturou minha vida com seu investimento emotivo; a mesma dedicação com a qual, ainda hoje, acompanha o dia-a-dia dos meus três irmãos. Meu pai, também professor aposentado e engenheiro, ensinou-me o valor da honestidade e do trabalho. A eles o meu agradecimento e a forte determinação de orgulhá-los. Às minhas filhas, Maíra e Sofia, que me ofereceram a mágica sensação da perenidade, desejo que possam compreender um dia a multidão espessa do meu ofício e perdoar as horas que não estivemos juntos. Vocês duas hão de crescer altivas e solidárias, dispostas a afrontar a injustiça onde ela persista no futuro. Quanto à Jussara, que me ensinou que a paixão pode se prolongar e que a relação entre um homem e uma mulher pode erguer-se sem qualquer hierarquia, desejo renovar meu desejo e dedicar ao amor que nos uniu para sempre tudo o que tenho feito. Desta tribuna, quero apenas dizer, Jussara que te amar é a coisa mais importante que tem me acontecido neste últimos quatorze anos. A todos vocês muito obrigado.